

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Juntos fazemos melhor!

Plano Estratégico
2015-2020




TRTsc

CONTROLE DE VERSÕES

VERSÃO	REVISÃO	APROVAÇÃO
1	<ul style="list-style-type: none"> • Versão inicial do PE 	Tribunal Pleno Edital SETRI 01/2015 25-5-2015
2	<p>Correções e inclusão das alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualização das siglas das áreas • Inclusão dos valores percentuais das metas que constavam como indefinidos nos Diagramas Causais • Substituição da Iniciativa “Operacionalização de reuniões de processos de execução” por “Redução de estoque de processos arquivados temporariamente” • Exclusão do indicador “Quantidade de audiências públicas,” e da iniciativa “Criação de núcleo especializado e regulamentação de audiências públicas” cancelados • Exclusão das iniciativas “Estudo para produção e adoção de súmulas” e “Programa de redução do prazo pericial” canceladas • Atualização da meta do ano de 2016 do índice de Conciliação de acordo com Glossário CNJ 2016 • Atualização das metas anuais do iGov Pessoas Estimado de acordo com Glossário CSJT 2016 • Inclusão do indicador “Índice de realização das ações planejadas entre Escola Judicial e Serviço de Educação Corporativa” e da iniciativa “Alinhamento da capacitação de magistrados e assistentes e assessores de magistrados” • Atualização das metas anuais do iGov TI Estimado de acordo com Glossário CSJT 2016 • Atualização do nome da iniciativa “Diagnóstico da maturidade de gestão de projetos e implantação do escritório de projetos” conforme TAP <p>Fichas dos Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualização das siglas das áreas • Nos indicadores 2, 2.1 e 2.2 foram atualizadas fórmulas conforme glossário 2016 do CSJT e incluídas observações dos cálculos do iGov realizados pela CODIN para determinação da meta • No indicador 3 foi incluída observação de descrição da meta • No indicador 3.1 foi atualizada redação de descrição da meta e corrigido número do parâmetro • No indicador 4 foi atualizada redação da meta conforme glossário 2016 do CNJ e inserida observação • Excluído indicador 4.1 conforme definido na 3ª RAE de 2015 • No indicador 5.1 foi corrigido o líder do indicador e atualizadas as datas dos parâmetros em consonância com o glossário 2016 do CNJ 	Comitê de Governança Institucional, por deliberações em Reuniões de Análise Estratégica - RAEs (PROADs 4848/2015 e 2364/2016) 05-10-2016

- No indicador 5.2 foram atualizados os anos da meta e dos parâmetros, em consonância com o glossário 2016 do CNJ, e corrigido líder do indicador
- No indicador 6 foi corrigido o líder do indicador e atualizado o ano do parâmetro P6.3
- Nos indicadores 6.1 e 6.2 foram atualizados os anos da meta e dos parâmetros em consonância com o glossário 2016 do CNJ
- No indicador 7 foi corrigido o líder do indicador
- No indicador 8 foi corrigido o líder do indicador e atualizada fórmula de cálculo conforme utilizada pelo CSJT
- No indicador 9 foi atualizada a fórmula de cálculo da meta e parâmetros conforme alteração do glossário 2016 do CSJT
- No indicador 9.1 foi excluída informação anteriormente constante equivocadamente em metas correspondentes no CNJ e CSJT
- No indicador 11 foram atualizados a fórmula, os parâmetros e as metas anuais, conforme glossário 2016 do CSJT, e alteradas as informações do campo de observação incluído resultado do iGov Pessoas
- Nos indicadores 11.1 e 11.2 foram atualizadas as fórmulas e parâmetros e inseridos valores dos iGovs
- No indicador 12 foi atualizada a fórmula do indicador com exclusão do parâmetro 12.1 de sua composição
- No indicador 13.1 foi corrigida a descrição do parâmetro P13.1.2
- No indicador 14 foram atualizados a fórmula, os parâmetros e as metas anuais, conforme glossário 2016 do CSJT, e alteradas as informações do campo de observação incluído resultado do iGov TI
- Nos indicadores 14.1, 14.2 e 14.3 foram atualizadas as fórmulas e parâmetros e inseridos valores dos iGovs
- Foi incluído o indicador 19.

INTRODUÇÃO

O Planejamento Estratégico Participativo é ferramenta essencial para o estabelecimento de diretrizes adequadas que permitam alinhamento em níveis estratégico, tático e operacional, em busca de um resultado eficaz para a instituição na utilização de seus recursos. Desta maneira, por meio do engajamento das partes interessadas, é possível obter resultados não possíveis de serem alcançados com a simples execução das rotinas de trabalho já estabelecidas, sem prejuízo da relevância dessas para a organização.

O primeiro ciclo de Planejamento Estratégico do TRT da 12ª Região, estabelecido na Resolução Administrativa n.º 106/2009, encerrou-se no ano de 2014. Com vistas a contribuir com a prestação jurisdicional de qualidade, rápida e efetiva, o Conselho Nacional de Justiça determinou a estratégia nacional do Poder Judiciário e, por meio da Resolução CNJ n.º 198/2014, previu a obrigatoriedade de alinhamento dos órgãos do Poder Judiciário às suas diretrizes, para o período 2015-2020. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho também estabelece a obrigatoriedade de observância da estratégia do judiciário trabalhista.

Considerando a indispensabilidade de um modelo de gestão estratégica participativa, o TRT 12ª Região definiu, na Portaria GP n.º 225/2014, a metodologia de elaboração do Planejamento Estratégico do período 2015-2020 com participação direta de magistrados, servidores, instituições parceiras e a sociedade.

Na primeira etapa, ocorrida em 2014, realizou-se consulta pública que colheu opiniões sobre o diagnóstico organizacional, missão, visão, valores e objetivos estratégicos da JT-SC. Posteriormente, a Rede de Governança Colaborativa designada na Portaria citada deliberou, na 1ª Oficina do Planejamento, sobre as sugestões provindas da consulta e definiu o mapa estratégico.

Na etapa seguinte nova consulta pública foi realizada, desta vez levantando sugestões de iniciativas estratégicas que permitiriam o alcance dos objetivos definidos. Em posse de tal resultado, as áreas técnicas responsáveis por cada objetivo definiram, com o auxílio da Secretaria de Gestão Estratégica e um mentor externo, os indicadores, metas e iniciativas, também chamadas de projetos estratégicos. As propostas foram apresentadas pelos líderes das áreas na 2ª Oficina do Planejamento, em março de 2015, e aprovadas pela Rede de Governança Colaborativa.

Os indicadores constantes no Plano Estratégico são divididos entre indicadores finais, que medem a eficácia das ações no alcance dos objetivos, e indicadores intermediários, que devem servir de apoio no direcionamento de ações. As fórmulas e parâmetros foram definidos pelas áreas técnicas e pela equipe de Gestão Estratégica. Uma vez que tais indicadores serão colocados à prova pela primeira vez, possíveis adaptações poderão ser realizadas em datas futuras. As fichas com detalhamento dos indicadores encontram-se anexas ao presente documento.

Os projetos estratégicos aqui apresentados têm a finalidade de definir as ações que serão necessárias para o alcance dos objetivos. Como a forma dos termos de abertura de projeto está

resumida, é necessário dizer que estes serão minuciosamente detalhados por seus responsáveis no momento do início do planejamento para a breve execução do projeto.

Também, é de fundamental importância ressaltar que tais projetos poderão sofrer alterações de etapas e cronogramas, uma vez que será necessária a priorização e adaptação, haja vista os recursos necessários para a execução. Ainda, é fato que, para o atingimento da missão institucional, é imprescindível que a JT-SC tome iniciativas e ações que não estão explícitas no Plano, dando suporte às diretrizes elencadas.

É notório que, embora o Plano Estratégico determine os elementos que nortearão a estratégia para os próximos anos, o Planejamento é um processo dinâmico e mutável, que deve ser analisado e reavaliado periodicamente. Os indicadores e metas apresentados neste Plano Estratégico poderão ser adaptados com o tempo, de acordo com estudos das áreas técnicas e referendo do Comitê de Gestão Estratégica. Conforme a já citada Resolução CNJ n.º 198/2014, Reuniões de Análise Estratégica deverão ser realizadas quadrimestralmente, visando o acompanhamento dos resultados.

EDSON MENDES DE OLIVEIRA
DESEMBARGADOR DO TRABALHO-PRESIDENTE

REDE DE GOVERNANÇA COLABORATIVA DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Desembargador do Trabalho-Presidente

Edson Mendes de Oliveira

Desembargadora do Trabalho-Vice-Presidente

Viviane Colucci

Desembargador do Trabalho-Corregedor

Gracio Ricardo Barboza Petrone

Juiz Gestor Estratégico e de Metas

Alexandre Luiz Ramos

Juízes Auxiliares da Presidência

José Lucio Munhoz

Irno Ilmar Resener

Representantes do Comitê Gestor Estratégico

Christiane Reis Odebrecht, Secretária-Geral da Presidência

Roberto Carlos de Almeida, Secretário do Tribunal Pleno

Renata Jorge Rosa, Secretária da Corregedoria

Ageu Raupp, Diretor-Geral

Fernanda Gomes Ferreira, Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica

Vanessa Gesser de Miranda, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas

Gustavo Bestetti Ibarra, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Paulo César Dias, Diretor da Secretaria Administrativa

Juiz Carlos Alberto Pereira de Castro, Presidente da AMATRA XII

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal – SC

Representantes do Comitê Gestor Regional

Juiz Valdomiro Ribeiro Paes Landim

Juiz Carlos Aparecido Zardo

Juíza Maria Beatriz Vieira da Silva Gubert

Enedina Montibeller Soares

Marcelo Augusto Botelho

Assessores convidados pela Presidência

Silvana Schaarschmidt, Assessora da Presidência

Vanderlei Luiz Ricken, Assessor de Comunicação Social

Ana Paula Volpato Wronski, Assessora Jurídica

Luciana Pimenta de Oliveira Botelho, Assessora da Escola Judicial

Sidônio Jacintho de Oliveira Neto, Assessor de Controle Interno

Coordenadora das Oficinas Estratégicas

Christine Ribeiro Gili, Secretária de Gestão Estratégica do TRT da 23ª Região

Operacionalização: equipe da Secretaria de Gestão Estratégica - SEGEST

Missão

Realizar justiça com celeridade e efetividade no âmbito das relações de trabalho.

Visão

Ser reconhecida, até 2020, pela excelência na prestação jurisdicional, primando pela valorização das pessoas e pelo desenvolvimento social.

Valores

- Ética
- Celeridade
- Efetividade
- Urbanidade
- Transparência
- Imparcialidade
- Saúde e Qualidade de Vida
- Dignidade Humana
- Relevância Social do Processo
- Responsabilidade Socioambiental

Resultados

Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional

Assegurar a qualidade de vida no meio ambiente de trabalho

Processos Internos

Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito

Racionalizar os processos de trabalho e fortalecer a governança

Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Aprimorar a comunicação interna e a integração entre as áreas

Pessoas e Recursos

Aprimorar a gestão de pessoas

Promover a saúde e a qualidade de vida de magistrados e servidores

Aprimorar a gestão orçamentária

Aprimorar a infraestrutura e a governança de Tecnologia de Informação e Comunicação

Pontos fortes:

Bom atendimento aos jurisdicionados e advogados
Celeridade na prestação jurisdicional
Comprometimento de magistrados e servidores
Formação e qualificação dos magistrados e servidores
Bom ambiente de trabalho
Sistema de consulta processual
Virtualização dos processos judiciais
Cultura de conciliação
Virtualização dos processos administrativos
Magistrados e servidores têm orgulho de trabalhar na JT-SC

Pontos fracos:

Inadequação na lotação de servidores
Falta de padronização dos procedimentos
Falta de integração entre as áreas
Baixa preocupação com a saúde e qualidade de vida dos magistrados e servidores
Falta de critérios claros para a ocupação de funções comissionadas e cargos em comissão
Falta de comunicação entre as unidades judiciárias e/ou entre a administração e as unidades
Divergência jurisprudencial excessiva
Fluxos de trabalho mal organizados
Espaço físico
Baixa efetividade na execução trabalhista e fiscal

Oportunidades:

Parcerias com outras instituições
Novas tecnologias aplicáveis à Justiça do Trabalho
Constante aprimoramento do sistema PJe-JT
Reformas na legislação
Imagem institucional positiva perante a sociedade, instituições e fornecedores
Ações coletivas

Ameaças:

Erros e instabilidade do sistema PJe-JT
Aumento da demanda processual
Insuficiência de Juízes Substitutos
Insuficiência de servidores
Contingenciamento de recursos orçamentários
Cultura de litigiosidade que dificulta a conciliação
Cenário econômico desfavorável

JUSTIÇA DO TRABALHO DE SANTA CATARINA

Missão:

Realizar justiça com celeridade e efetividade no âmbito das relações de trabalho.

Visão:

Ser reconhecida, até 2020, pela excelência na prestação jurisdicional, primando pela valorização das pessoas e pelo desenvolvimento social.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Ética
- Celeridade
- Efetividade
- Urbanidade
- Transparência
- Imparcialidade
- Saúde e qualidade de vida
- Dignidade humana
- Relevância social do processo
- Responsabilidade socioambiental

Perspectiva:

Resultados

Objetivo Estratégico:

Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional

Descrição do Objetivo:

Trata-se de objetivo estratégico que sintetiza os demais, levando em conta, a partir de conceitos como tempestividade, razoável duração do processo, concretização fática da entrega do direito e gerenciamento dos custos, a satisfação da sociedade no que diz respeito à atuação da JT-SC.

Perspectiva:

Resultados

Objetivo Estratégico:

Assegurar a qualidade de vida no meio ambiente de trabalho

Descrição do Objetivo:

Declaração que representa a possibilidade de atuação externa, no esforço de contribuir com a melhoria das relações de trabalho em Santa Catarina, como exemplo, o Programa Trabalho Seguro; bem como a qualidade de vida dos magistrados, servidores, colaboradores e usuários do TRT-SC.

Objetivo Estratégico:

Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais

Descrição do Objetivo:

Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registros de imóveis; a utilização do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT; entre outras ações.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta ¹					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de execução ²	100%	100%	90%	90%	90%	90%

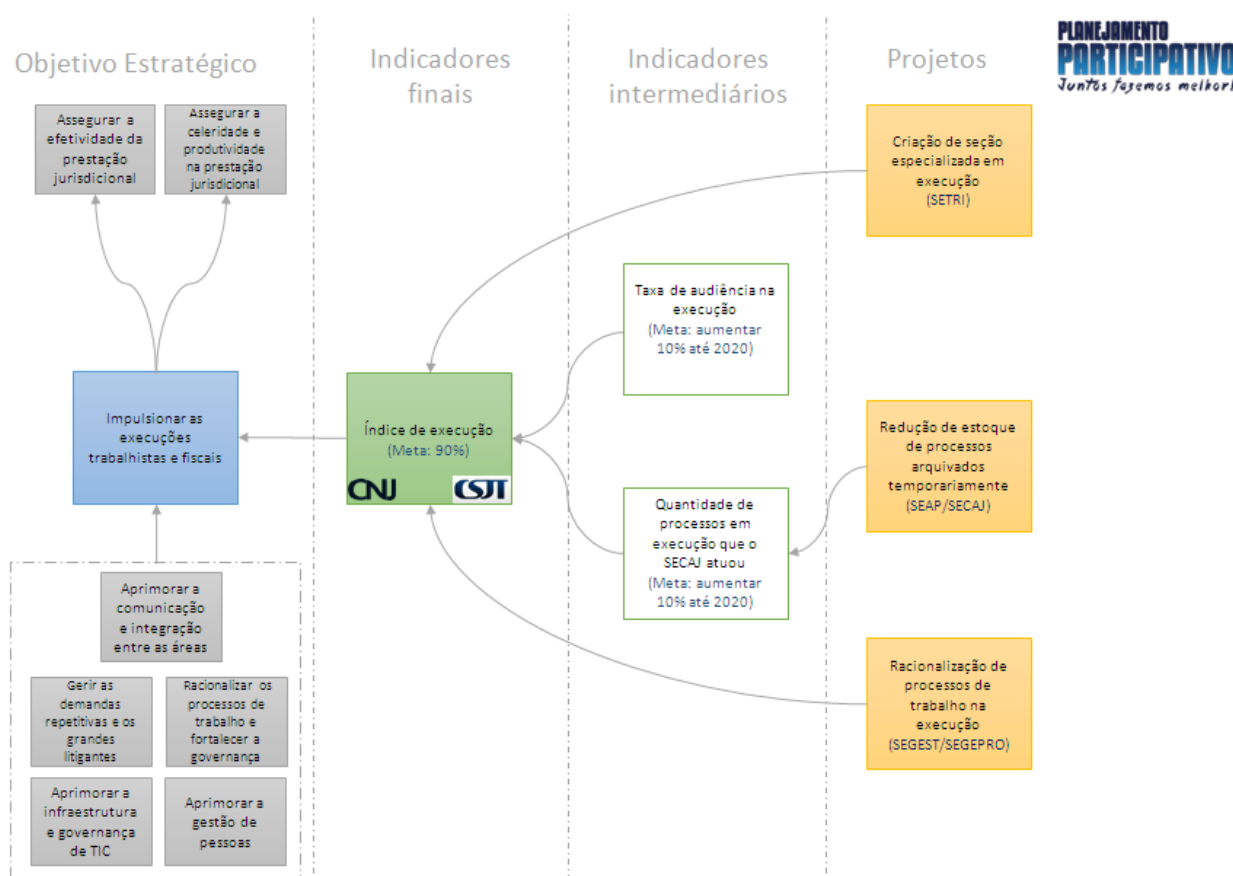
1 Conforme Meta 5 do CNJ e Meta 11 do CSJT

2 Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

Iniciativas:

- Criação de seção especializada em execução. Responsável: SETRI
- Redução de estoque de processos arquivados temporariamente. Responsável: SEAP/CONAP.
- Racionalização de processos de trabalho na execução. Responsável: SEGEST/SEGEPRO.

Diagrama causal:



Objetivo Estratégico:

Racionalizar os processos de trabalho e fortalecer a governança

Descrição do Objetivo:

Conjunto de atos que visem à implantação das melhores práticas de processos de trabalho, por meio de análise do desenvolvimento e execução das rotinas estabelecidas, aprimorando-as com agilidade e racionalidade. Visa, ainda, formulação, implantação e monitoramento de sistema de governança baseado nos princípios de legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e accountability.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

O indicador dependerá da faixa de maturidade do iGov que o TRT-SC for classificado, sendo:

Indicador	Meta ¹					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
iGov estimado (faixa aprimorado)		1%		3%		5%

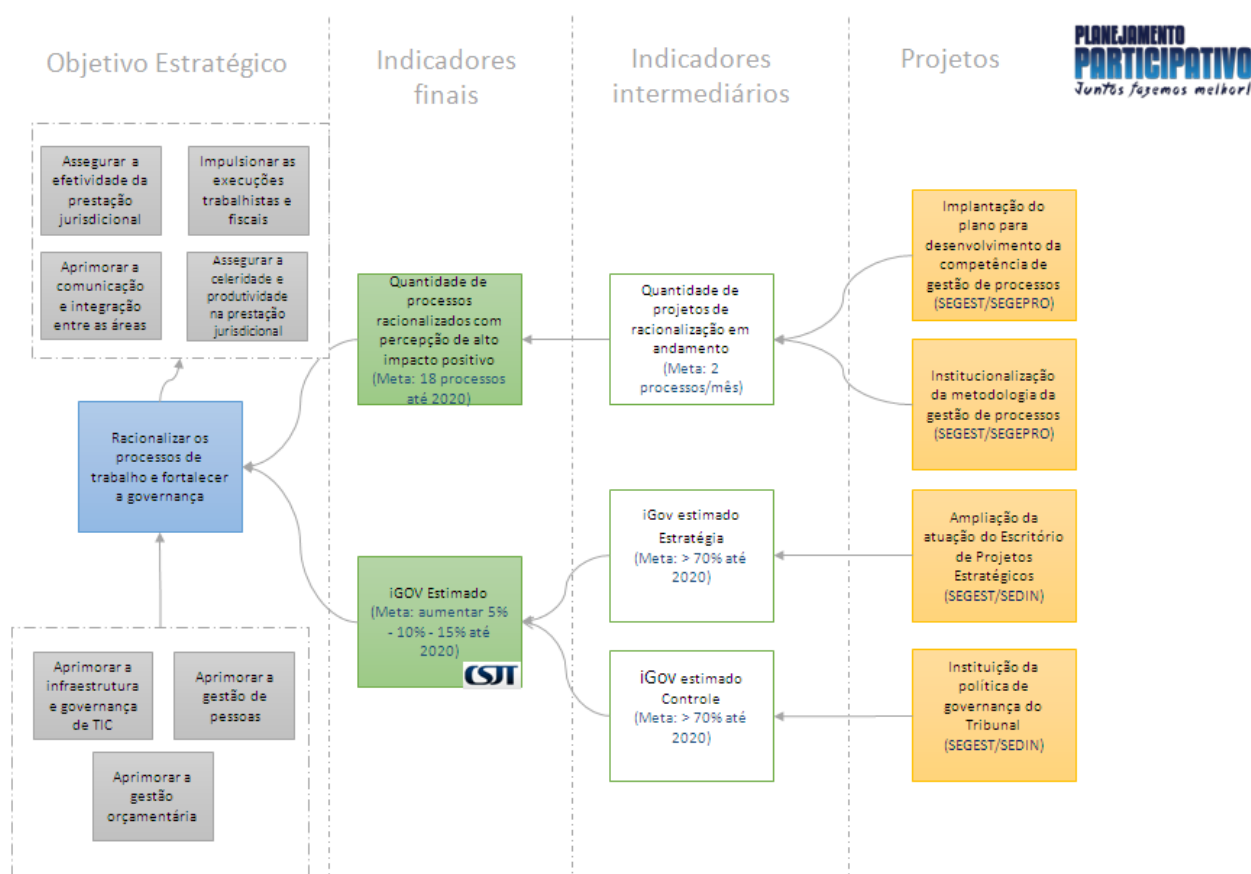
1 Conforme Meta 12 do CSJT

Indicador	Meta					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade de processos racionalizados com percepção de alto impacto positivo	3	6	9	12	15	18

Iniciativas:

- Implantação do plano para desenvolvimento da competência de gestão de processos. Responsável: SEGEST/SEGPRO.
- Institucionalização da metodologia da gestão de processos. Responsável: SEGEST/SEGPRO.
- Ampliação da atuação do Escritório de Projetos Estratégicos. Responsável: SEGEST/SEDIN.
- Instituição da política de governança do Tribunal. Responsável: SEGEST/SEDIN.

Diagrama causal:



Objetivo Estratégico:

Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Descrição do Objetivo:

Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a criação e aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória, bem como o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

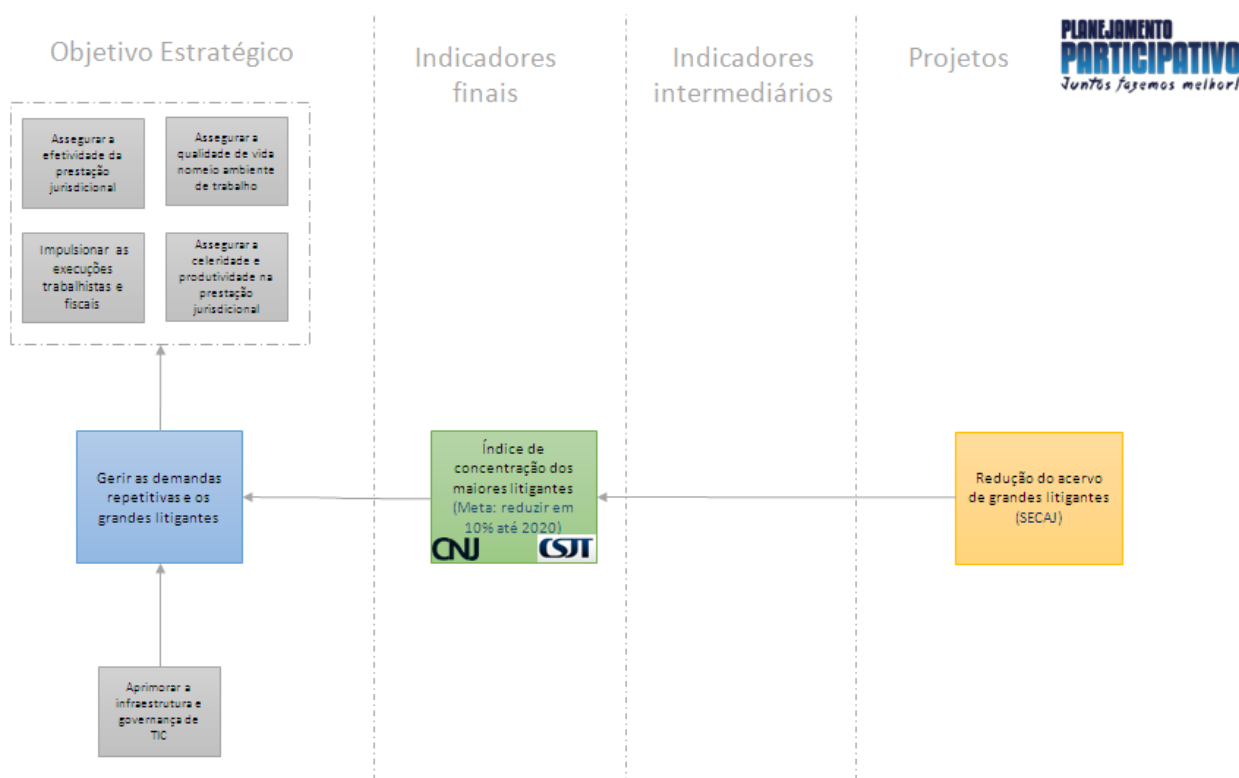
Indicador	Meta ¹					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de concentração de processos dos maiores litigantes	1,5%	2%	2%	2%	2%	2%

¹ Conforme Meta 7 do CNJ e Meta 10 do CSJT

Iniciativas:

- Redução do acervo de grandes litigantes. Responsável: SEAP/SECAJ.

Diagrama causal:



Objetivo Estratégico:

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Descrição do Objetivo:

Tem por fim materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de processos solucionados no 1º grau ¹	100%	100%	90%	90%	90%	90%
Índice de processos solucionados no 2º grau ¹	100%	100%	90%	90%	90%	90%
Tempo médio de duração do processo no 1º grau – conhecimento ²	1%	2%	4%	6%	8%	10%
Tempo médio de duração do processo no 2º grau ³	0%	1%	2%	3%	4%	5%

1 Conforme Meta 1 do CNJ e Meta 6 do CSJT

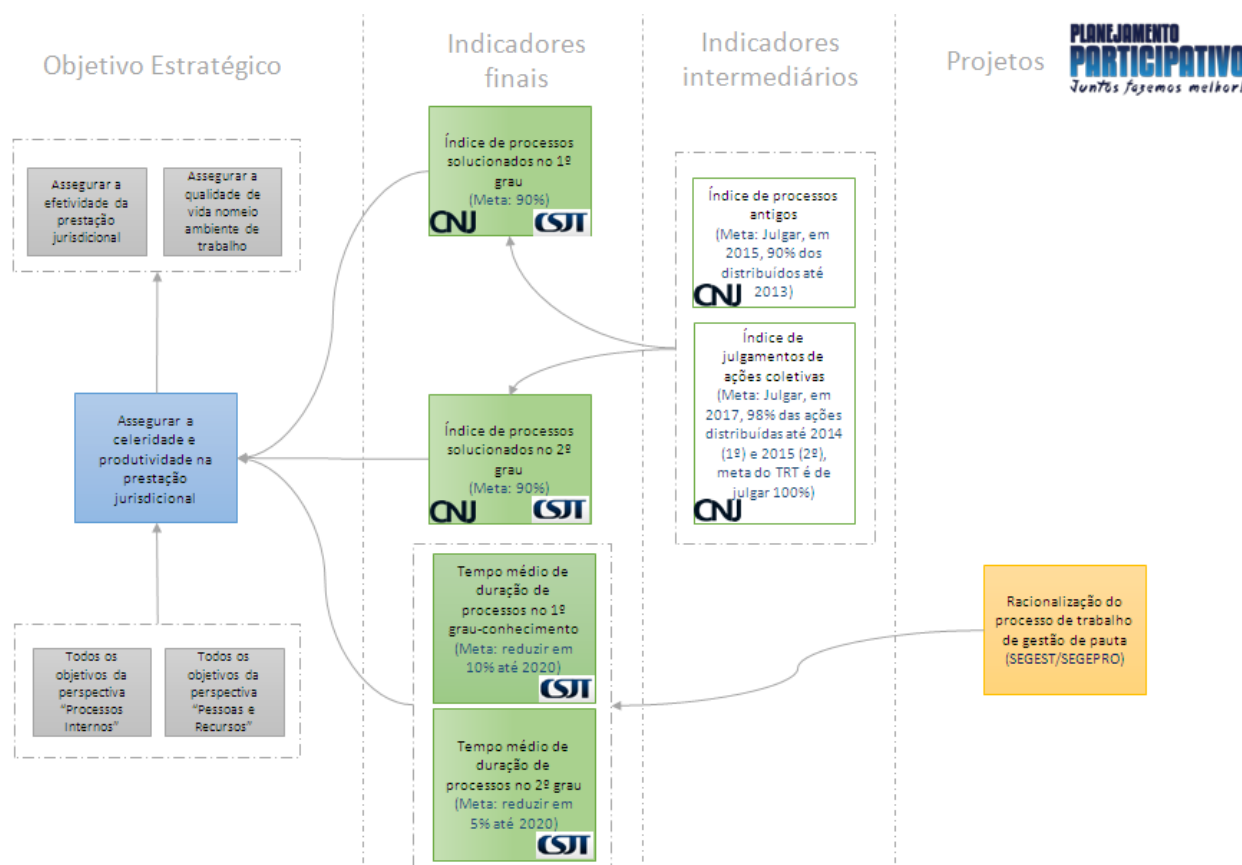
2 Conforme Meta Específica para a JT do CNJ e Meta 5 do CSJT

3 Conforme Meta Específica para a JT do CNJ e Meta 4 do CSJT

Iniciativas:

- Racionalização do processo de trabalho de gestão de pauta. Responsável: SEGEST/SEGPRO.

Diagrama causal:



Objetivo Estratégico:

Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito

Descrição do Objetivo:

Refere-se ao fomento da conciliação e de meios para resolução negociada de conflitos, com a participação efetiva das partes e do advogado. Diz respeito ainda à formação de agentes de mediação e conciliação e à celebração de parcerias com o Ministério Público do Trabalho, Sindicatos e outras entidades afins.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

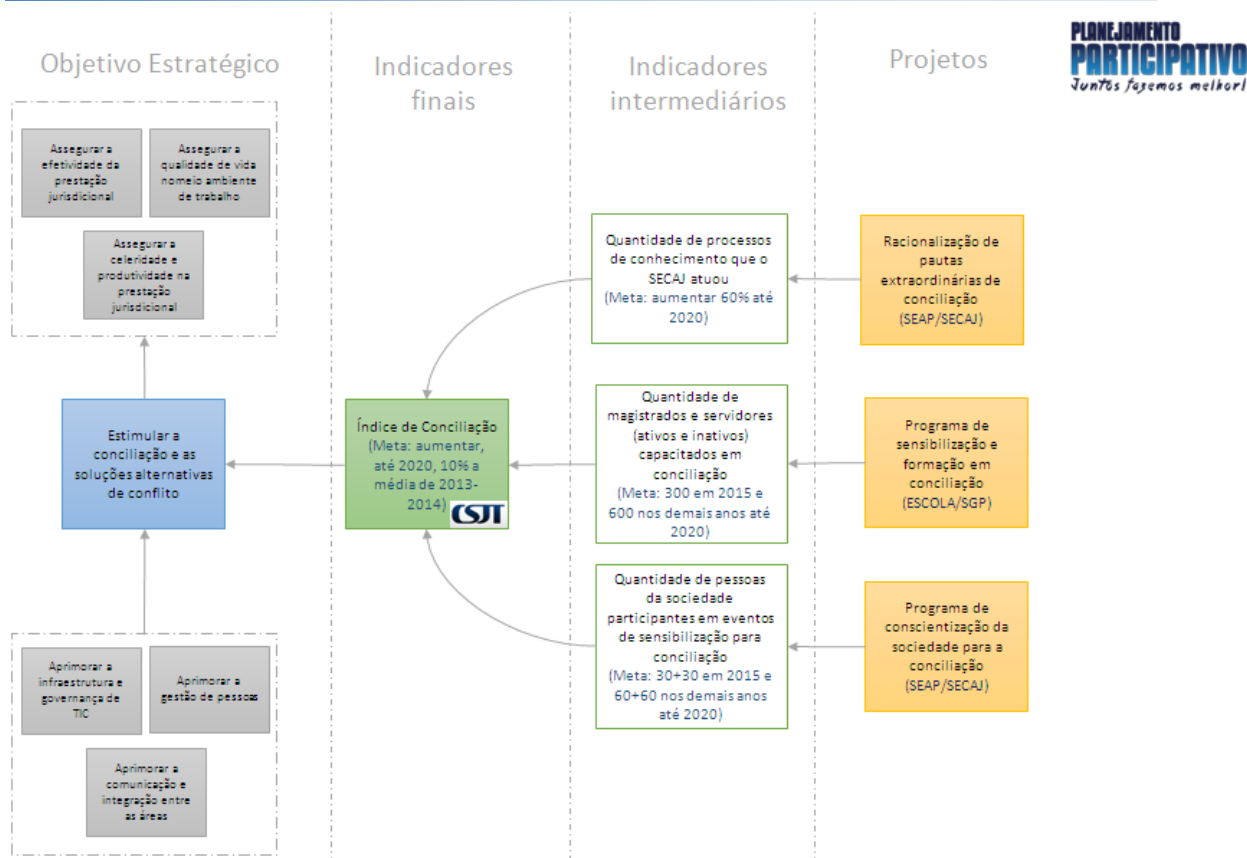
Indicador	Meta ¹					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de conciliação – fase de conhecimento	1%	45%	2% (barreira em 54%)	6%	8%	10%

¹ Conforme Meta específica para a JT do CNJ e Meta 9 do CSJT

Iniciativas:

- Racionalizar pautas extraordinárias de conciliação. Responsável: SEAP/CONAP.
- Programa de sensibilização e formação em conciliação. Responsável: Escola Judicial/SGP.
- Programa de conscientização da sociedade para a conciliação. Responsável: SEAP/CONAP.

Diagrama causal:



Objetivo Estratégico:

Aprimorar a comunicação interna e a integração entre as áreas

Descrição do Objetivo:

Busca que as unidades da JT-SC trabalhem conjuntamente, atuando de maneira sinérgica em prol do alcance de resultados de curto, médio e longo prazos, por meio do compartilhamento de conhecimentos, práticas e soluções. Ainda, visa favorecer a comunicação horizontal e vertical no ambiente interno da instituição.

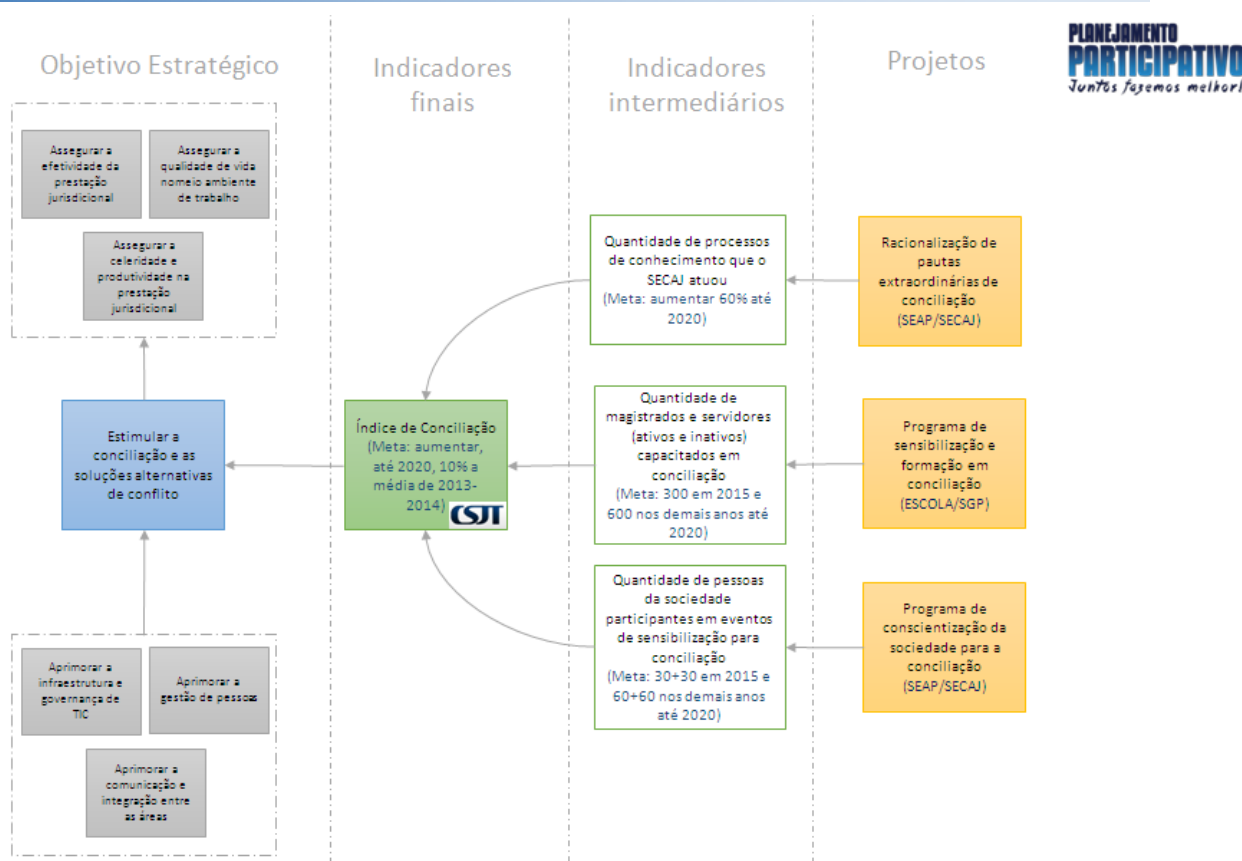
Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de satisfação com a comunicação interna	-	2%	4%	6%	8%	10%

Iniciativas:

- Projeto correspondentes de comunicação. Responsável: SECOM.
- Projeto de desenvolvimento da intranet. Responsável: SETIC/SECOM.
- Diagnóstico de comunicação interna. Responsável: SECOM.

Diagrama causal:



Objetivo Estratégico:

Aprimorar a gestão de pessoas

Descrição do Objetivo:

Referem-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização das pessoas; à humanização das relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

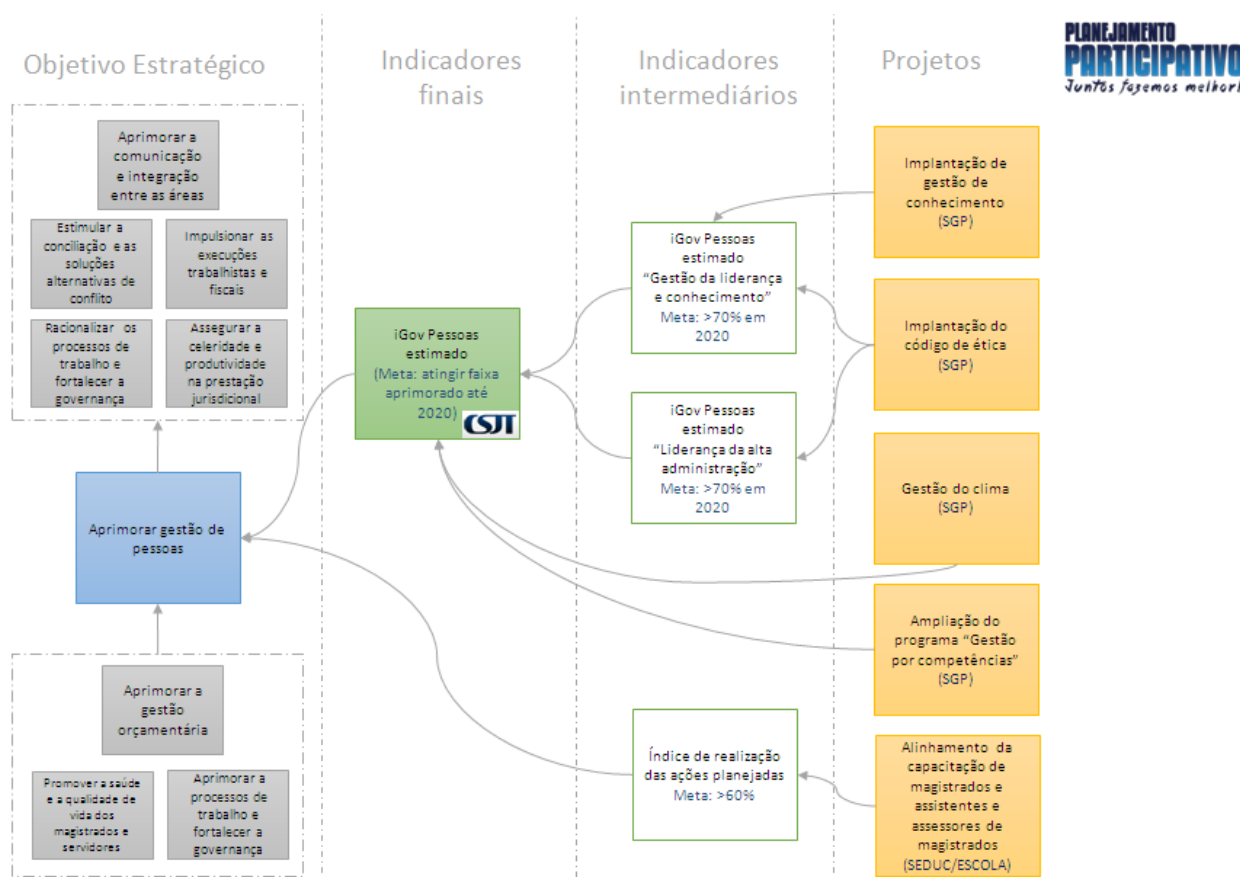
Indicador	Meta					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
iGov Pessoas Estimado ¹		Inicial		Intermediário		Aprimorado
Índice de realização das ações planejadas em conjunto	60%	60%	60%	60%	60%	60%

¹ Conforme Meta 1 do CSJT

Iniciativas:

- Implantação de gestão do conhecimento. Responsável: SGP
- Implantação do código de ética. Responsável: SGP
- Gestão do clima. Responsável: SGP
- Ampliação do programa Gestão por Competências. Responsável: SGP.
- Ampliação do programa Gestão por Competências. Responsável: SGP.
- Alinhamento da capacitação de magistrados e assistentes e assessores de magistrados. Responsável: SEDUC/ESCJUD.

Diagrama causal:



Objetivo Estratégico:

Promover a saúde e a qualidade de vida de magistrados e servidores

Descrição do Objetivo:

Refere-se ao desenvolvimento de ações de promoção do bem-estar físico e mental e de proteção da saúde no ambiente de trabalho da JT-SC.

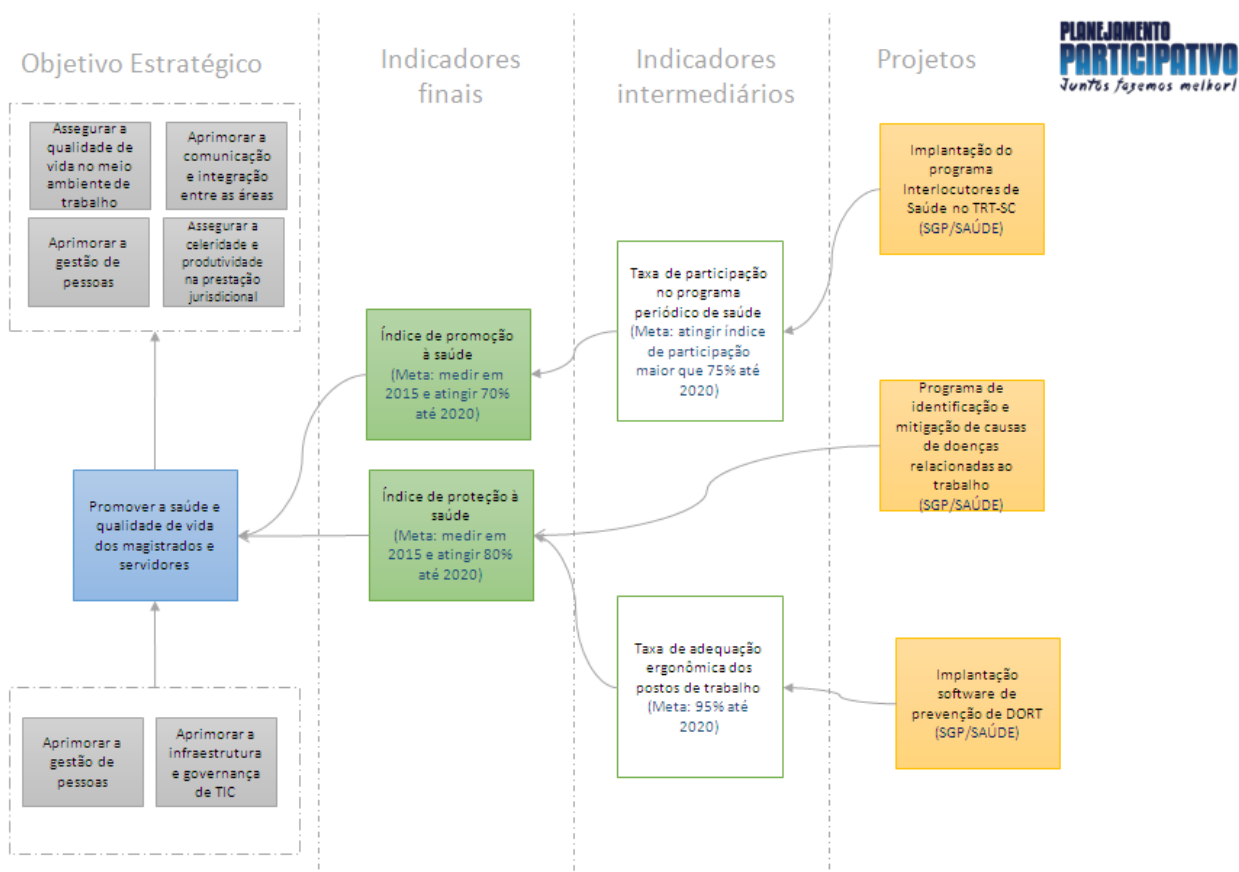
Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de promoção à saúde	45%	50%	55%	60%	65%	70%
Índice de proteção à saúde	55%	60%	65%	70%	75%	80%

Iniciativas:

- Multiplicadores de saúde. Responsável: SGP/SAÚDE
- Programa de identificação e mitigação de causas de doenças relacionadas ao trabalho. Responsável: SGP/SAÚDE
- Implantação de software de prevenção de DORT. Responsável: SGP/SAÚDE

Diagrama causal:



Objetivo Estratégico:

Aprimorar a infraestrutura e a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

Descrição do Objetivo:

Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Visa garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

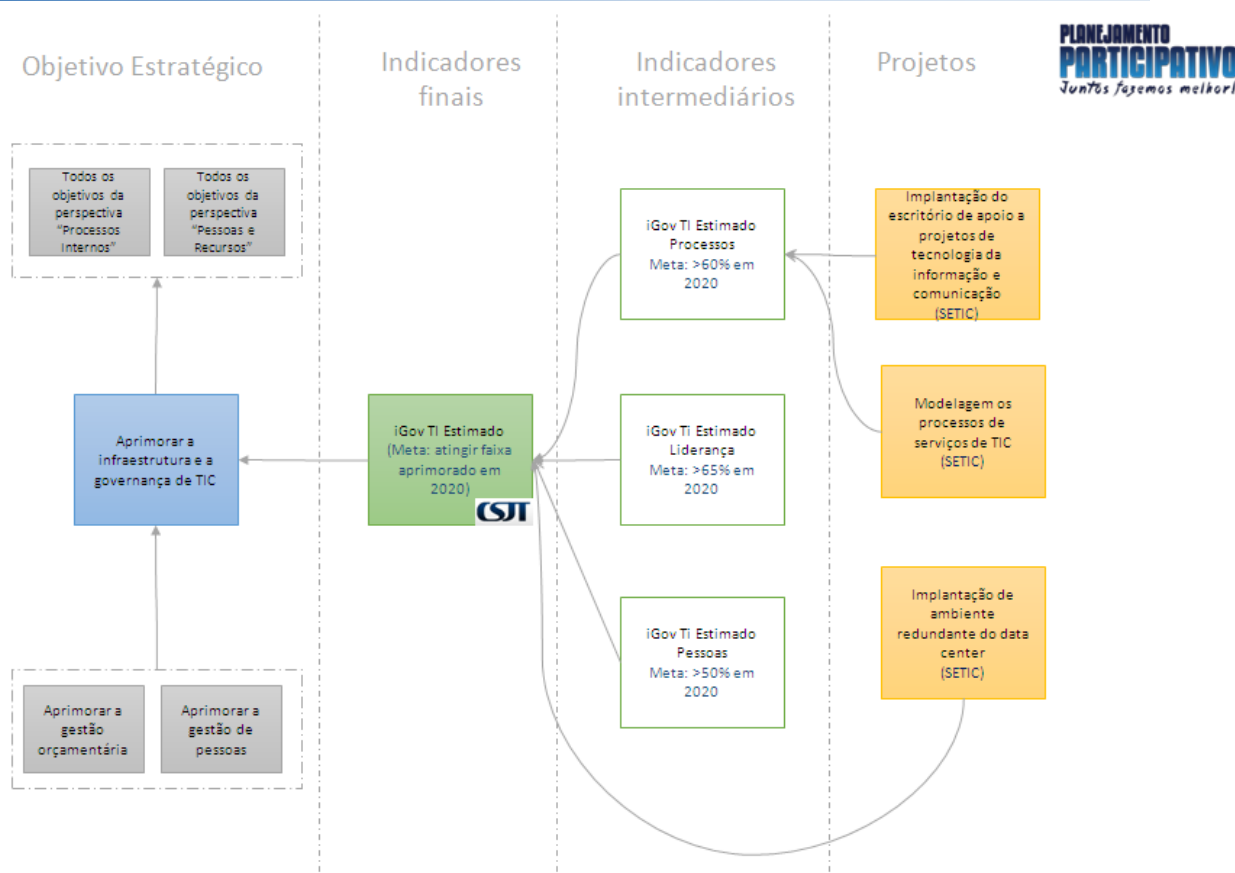
Indicador	Meta ¹					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
iGov TI Estimado		Intermediário		Intermediário		Aprimorado

1 Conforme Meta 3 do CSJT

Iniciativas:

- Implantação do escritório de apoio a projetos de tecnologia da informação e comunicação. Responsável: SETIC.
- Modelagem dos processos de serviços de TIC. Responsável: SETIC.
- Implantação de ambiente redundante do data center. Responsável: SETIC.

Diagrama causal:



Objetivo Estratégico:

Aprimorar a gestão orçamentária

Descrição do Objetivo:

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do planejamento estratégico.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de empenho do orçamento disponibilizado	70% até agosto, 90% até novembro e 99% até dezembro, todo ano					
Índice de liquidação do orçamento disponibilizado ¹	60% até setembro, todo ano					
Índice de execução do orçamento das unidades em projetos vinculados à estratégia	-	2%	4%	6%	8%	10%
Índice de economia de custeio	1%	2%	4%	6%	8%	10%

1 Análoga à Meta 2 do CSJT, porém com fórmula de cálculo distinta, por não contabilizar recursos provenientes de convênios.

Iniciativas:

- Sistemática da comunicação da gestão orçamentária. Responsável: SECAD.
- Implantação de sistema nacional de gestão orçamentária. Responsável: SECAD.
- Implantação do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário. Responsável: DIGER.

Iniciativas:

